

*Álvaro Gonçalves, o Magriço
e os Doze de Inglaterra:
um drama histórico**

A inauguração oficial do Teatro Nacional D. Maria II teve lugar no dia 13 de Abril de 1846, para festejar o aniversário de Sua Majestade, a Rainha.

Na verdade, o «Agrião» (nome por que foi alcunhado o edifício) abriu já as suas portas a 29 de Outubro do ano anterior, com uma «Grande Gala para festejar o Aniversário Natalício de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Fernando»¹.

Foram três os números escolhidos para esse dia: «A manhã de um belo dia» (cantata), «O sr. [de] Dumbiky» (uma comédia traduzida do francês) e «Um par de luvas» (farsa lírica de Silva Leal). Muitas foram as críticas relativamente a esta ante-estreia e que ainda se faziam ouvir no momento da abertura oficial:

[...] tendo-se clamado altamente, e com sobeja razão, contra o execrável abuso de ter feito a primeira inauguração do dito teatro nacional com uma peça estrangeira e, de mais a mais, imoral.²

Cerca de dez anos antes, pelo decreto de 29 de Setembro de 1836, o então Ministro do Reino, Passos Manuel, encarregara Almeida Garrett de

* Para simplificação da leitura, optou-se por actualizar a grafia dos excertos transcritos neste artigo, uma vez que as diferenças são meramente de ordem ortográfica, não tendo qualquer repercussão no plano fonológico ou fonético.

¹ Relação das peças representadas no Teatro Nacional de 1845 a 1850, Arquivo do Teatro Nacional D. Maria II.

² In *O Patriota*, n.º 830 de 20 de Abril de 1846.

apresentar «sem perda de tempo [...] um Plano para a fundação e organização de um Teatro Nacional nesta Capital, o qual sendo uma Escola de bom gosto, contribua para a civilização, e aperfeiçoamento moral da Nação Portuguesa [...]», solicitando também informação «[...] acerca das providências necessárias para levar a efeito os melhoramentos possíveis dos Teatros existentes».

Se, relativamente ao primeiro ponto, ele foi de facto consubstanciado em acções concretas (criação do Conservatório de Arte Dramática, abertura de concursos para autores dramáticos, edificação de um Teatro Nacional), parece-nos, segundo testemunhos da época, que os melhoramentos nos teatros existentes nunca ocorreram. Se não vejamos:

A arte dramática carecia muito entre nós, e principalmente na corte, de uma casa decente em que habitasse. Depois de a terem restituído aos seus antigos foros de senhora [...] deixá-la continuar a viver nas duas clássicas capoeiras da rua dos condes e do salitre, e quererem que ali fossem todos cumprimentar ainda mesmo com perigo de estragar o chapéu por falta de altura nos tectos, e se sujar o fato de cal naqueles estreitos, e nojentíssimos corredores, eram exigências injustas, e contradições que cumpria remediar.

Este é um excerto de um artigo publicado n' *A Ilustração*, em 1846, uma semana antes da inauguração do Teatro Nacional. De facto, até então, a vida teatral de Lisboa passava-se sobretudo entre o Teatro da Rua dos Condes, o Teatro da Rua do Salitre, e claro está, o Teatro de S. Carlos, local dedicado à ópera.

Muito antes do início da construção do Teatro Nacional, tinha sido preocupação de Almeida Garrett, a selecção de uma peça que viesse a inaugurar o edifício. Assim, em 1841, aquele membro do Conservatório apresenta uma proposta para «que se abra concurso para quatro peças originais e seis traduzidas ou imitadas dos melhores autores estrangeiros, as quais sirvam para a abertura do novo teatro; que [...] quanto às originais seja sobre assuntos

dados e fixos [...]».³ O parecer da Comissão⁴ encarregada de apreciar esta proposta, foi contra a exigência do proponente, isto é, «de se marcarem assuntos para as peças originais».

Entende pois a Secção que esta primeira parte da proposta deve ser aprovada com a declaração de que fica livre aos concorrentes a escolha do assunto e género da composição dramática.⁵

Mas, apesar desta proposta que Garrett tão atempadamente submetera ao Conservatório, o concurso público que vai, de facto, dar origem à selecção da peça estreante só é publicado no *Diário do Governo* de 3 de Novembro de 1845, dando como prazo para apresentação dos originais o último dia de Janeiro do ano seguinte.

Segundo o edital, o concurso destinava-se a eleger nove peças originais: duas em 5 actos, três em 3 actos, duas em 2 actos e duas em 1 acto. Exigia-se agora que o assunto da peça fosse nacional. Das nove peças apuradas, apenas seriam representadas, na noite da estreia, duas, e quanto às peças de três ou cinco actos «em igualdade de merecimento literário [será escolhida a que] ilustrar alguma época da nossa história; [...] entre as peças em um ou dois actos, [será escolhida] aquela que mais se avantajaria no bom desenho dos costumes portugueses, tratados com graça urbana, e sem descer ao baixo-cómico das farsas da antiga escola». Nesta mesma portaria, abria-se «concurso a duas peças musicais para complemento do espectáculo de inauguração do mesmo teatro».⁶

Como reacção ao repto lançado, foram apresentadas à Comissão 33 produções dramáticas, mas destas somente obtiveram admissão às provas públicas os seguintes dramas: *A Véspera de um Desafio* de César Perini Lucca, *O Poder dos Remorsos* e *Álvaro Gonçalves, o Magriço e os Doze de Inglaterra*, de Jacinto Aguiar de Loureiro.

³ *Memórias do Conservatório*, 1843, p. 258.

⁴ Esta comissão pertencia à Secção de Literatura do Conservatório e era, na altura, composta por Castilho (Director), Alexandre (Relator) e Anselmo Brancaamp (Secretário).

⁵ *Memórias do Conservatório*, 1841, pp. 259-260.

⁶ Cf. *Diário do Governo* de 3 de Novembro de 1845.

Em 6 de Março de 1846, a Comissão deu um parecer inequivocamente favorável a este último, achando-o «digno de ser representado no Teatro de Dona Maria Segunda no dia da sua inauguração».

É um Drama Histórico cheio de belezas, que o colocam entre as melhores composições dramáticas da nossa época. Nele se encontra bastante invenção e originalidade; a acção é nobre, e magnífica; fora da rota trivial, e muito interessante para espectadores portugueses, pelas recordações heróicas das façanhas dos nossos passados: [...]

E termina da seguinte forma:

Entre as trinta e três composições dramáticas, ele é sem dúvida o melhor, o único Drama. É a Palmeira no Deserto.⁷

De salientar que este parecer só foi ratificado pela Rainha a 11 de Março, o que significa que estávamos a um mês da estreia.

Tal como o título indica, *Álvaro Gonçalves, o Magriço e os Doze de Inglaterra* (que passaremos a designar por *O Magriço*) é anunciadamente um «drama histórico original». Imortalizado graças à pena de escritores como Camões, este episódio pertence, antes de mais, ao campo da História, disciplina que se emancipa e se torna ciência autónoma apenas no século passado. De salientar que, até então, a História era vista como um ramo da Literatura, um lugar de encontro entre o real e o ficcional. É em meados do século XIX que surge, entre nós, a «primeira História de Portugal», redigida por Alexandre Herculano, o primeiro a romper com uma historiografia que vinha dos antigos cronistas e a introduzir uma abordagem científica da História.

Mas, num momento de transição, em que esta disciplina começa a ocupar o lugar de ciência, comportando assim um saber objectivado, qual a utilização que se faz dos seus conteúdos no campo da ficção?

⁷ Apesar deste parecer altamente favorável, a peça, cujo I Acto adiante se reproduz, contou apenas com 10 representações; nove em Abril e uma única reposição no dia 17 do mês seguinte.

Embora delimitando este campo à literatura dramática, será necessário percorrer algumas etapas até nos sentirmos na posse de dados que nos permitam raciocínios conclusivos. Tomaremos apenas, como exemplo, o texto de Aguiar de Loureiro e revisitaremos ainda que brevemente a polémica gerada à sua volta, relendo interpretativamente as críticas publicadas nos periódicos bem como as justificações dadas pelo autor. Isto porque nos parece que as razões aduzidas por ambas as partes nos permitem entrever a importância então atribuída à História dentro do enredo, legitimando, ou não, uma outra perspetivação do facto histórico, agora no campo ficcional.

Logo após as primeiras representações desta peça, surgiram reacções nos periódicos da época. N' *O Patriota*, encontramos um longo texto que refere, cremos que com algum rigor e pormenor, aspectos elucidativos. Esta crítica contempla especialmente três aspectos: incongruências sob o ponto de vista histórico, aspectos inverosímeis ao nível da ficção e incoerências na teatralização do discurso.

Começando por referir os termos usados que «[...] conquanto de português puríssimo, são tão antiquados que estamos persuadidos que grande parte dos espectadores não entendem a sua significação [...]», é, no entanto, nos aspectos históricos que mais se detém o articulista. Em primeiro lugar, considera que o episódio escolhido, «o dos Doze de Inglaterra», não só é contestável, mas também estéril. Além disso, os factos que o autor «lhe aderiu – a batalha de Aljubarrota e o casamento da Infanta D. Beatriz – não têm [...] nenhuma ligação com o facto principal». E a este propósito, aceita que «[...] tais alterações são do arbítrio do poeta; posto que quando se escreve factos nacionais, bom é afastar o menos possível da história [...]».

Quanto ao desenrolar da acção, refere aspectos que considera «traírem» o conhecimento histórico como, por exemplo, a entrada de vassallos no gabinete de lavor, o facto de assistirem rainhas e infantas à embaixada, bem como o torneio que, segundo o crítico, deveria tomar lugar, não a pé, mas a cavalo.⁸

⁸ Cf. *O Patriota*, n.º 830 de 20 de Abril de 1846.

De salientar que, relativamente a este último aspecto, já o autor, no Prólogo da obra, tinha apresentado as razões de tal solução. Dizia então:

Vamos ao que fará mais bulha por ir contra a vulgar tradição, fundada no belo episódio do Camões, que descreveu o combate a cavalo, dificuldade que nos parecia insuperável, mas que se desvaneceu, logo que lemos nos comentários de um seu contemporâneo e amigo: Que o combate fora o torneio, a pé, primeiro com maças, e depois à espada, e não justa, como ele o descrevera, só por fazer a acção mais brilhante: desde então ficámos salvos de anacronismo; e o motivo com que no Drama o justificamos, não nos parece destituído de razão.⁹

É interessante verificarmos a preocupação em justificar as opções tomadas, recorrendo a documentação histórica. Igualmente interessante é a forma como o crítico compromete tal justificação:

O que o autor diz no prólogo do seu drama não destrói o anacronismo porque nem sequer diz o nome do comentador que contesta o descrito por Camões.¹⁰

e que o autor se prontifica a esclarecer, na resposta que faz publicar num órgão oficial:

[...] além disto Manuel Correia, amigo contemporâneo de Camões, merece todo o conceito, por isso que, fiel à verdade do facto, trata de desculpar a licença do Poeta, e nisto mesmo a hermenêutica encontra evidente prova da indubitável certeza, que então havia do acontecimento, tanto mais inquestionável, quanto então ele escrevia mais próximo daquela época [...]¹¹

⁹ Jacinto Aguiar Loureiro – *Álvaro Gonçalves, o Magriço e os Doze de Inglaterra*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1846, p. VII.

¹⁰ *O Patriota*, n.º 830 de 20 de Abril de 1846.

¹¹ *Diário do Governo*, 9 de Maio de 1846.

A resposta não se faz esperar e um outro crítico, J. M. C., desmonta a tese apresentada pelo autor, argumentando da seguinte forma:

No mesmo *fatal erro* incorre o autor do «Magriço» quando diz, que a opinião de Manuel Correia é a favor de ter sido o torneio a pé, quando a verdade é que ele na pag. 177 – edição de 1613, confessa que «de tal não tem certeza alguma por ser coisa de que não há cá memória, e que Luís de Camões faria talvez aquela diferença para ornato da poesia!»¹²

E alonga a sua crítica, referindo o sentido etimológico da palavra «torneio», citando dicionários e ensaios que consultou, a fim de provar que teria acontecido a cavalo e não a pé. São também criticados outros aspectos do drama, como a extensão dos diálogos, a falta de naturalidade e, sobretudo, a linguagem utilizada cujos termos, propositadamente antiquados, fariam com que «só o riso lhe caberia por única e merecida resposta».

Também n' *A Ilustração*, A. Serpa não poupa críticas à peça, classificando-a frontalmente de medíocre. E passando à sua análise, centra-se, tal como os anteriores, na incongruência dos aspectos históricos do enredo, referindo que:

[...] a distância que separa os dois amantes, o princípio a que são sacrificadas aquelas duas almas, é uma quimera, que só existe na imaginação do autor: D. João I podia dar a sua filha *bastarda* a um nobre de Portugal, como a deu a um nobre de Inglaterra [...]¹³

Este é, segundo o crítico, um ponto falso que destrói tudo quanto no drama podia haver de bom. Ainda relativamente aos aspectos históricos e no que diz respeito ao facto de Beatriz ser reconhecida como filha ilegítima de D. João I, transcrevemos uma outra observação:

[...] D. João I tinha então 29 anos; a menina não podia ter menos de 14, o que não é muito para quem já sabia o que era o amor, isto em 1385; por conseguinte, D. João I tinha sido pai aos 11 anos.¹⁴

¹² *Revista Universal Lisbonense*, 14 de Maio de 1846.

¹³ *A Ilustração*, 2 de Maio de 1846.

¹⁴ *O Patriota*, nº 830 de 20 de Abril de 1846.

Perante tanta insatisfação e críticas tão desfavoráveis, Jacinto Aguiar de Loureiro achou por bem escrever em sua defesa, publicando três cartas na revista *A Ilustração*. Depois de se dirigir pessoalmente aos críticos que o «havam tratado [com] descortesia», devolvendo-lhes as desconsiderações, volta à questão das fontes históricas, citando autores vários e comentando essas mesmas citações, com a finalidade única de demonstrar que reduzira ao indispensável qualquer «licença poética» que compusesse aspectos dos episódios históricos.

Produzir mais testemunhas, alegar mais autores, fazer mais citações, mais pode parecer ostentação de conhecimentos históricos do que necessidade de provas para verificar um facto de que a boa crítica, o bom senso, o decoro nacional, e o amor à verdade não permitem duvidar [...] ¹⁵

Chegamos a um ponto de encontro, algo de consensual, que reside na importância das fontes, mais do que para a História, para a sua utilização no campo ficcional. Trata-se da preocupação em apurar historicamente um detalhe, condição quase exigida para que se legitime a sua utilização no texto dramático. Qualquer razão, como a provável inexequibilidade cénica do torneio a cavalo, é refutada pela importância dada à fidelidade histórica. Aliás, este é um critério que a própria Comissão considerou da maior importância aquando da apreciação dos textos submetidos a concurso.

Para além do debate em torno destes e de outros aspectos históricos, não existe, nas críticas por nós lidas, qualquer interpretação do texto nem dos valores que implícita e explicitamente defende. Determinada a dominante temática, esqueceram-se, estranhamente, os vectores ideológicos tão abertamente defendidos e justificados em todo o texto.

O recurso ao passado histórico foi, quanto a nós, um pretexto para exacerbar sentimentos patrióticos, atitude explicável à luz do ambiente sócio-político de então. Aliás, a peça foi dedicada a Costa Cabral, tendo o autor escrito que se tratava da «recordação de uma das mais gloriosas épocas

¹⁵ *A Ilustração*, Julho de 1846.

desta ilustre nação, cujo desmoronado edifício V. Exa. hoje habilmente vai reconstruindo».

Só devido a um clima de repressão e violência por parte do poder então instituído se pode compreender o silêncio e a ausência de qualquer perspectivação da peça, em função dos valores que encerra.

ANEXO 1

DOCUMENTOS DISPERSOS RELATIVOS AO DRAMA HISTÓRICO *Álvaro Gonçalves, o Magriço e os Doze de Inglaterra*

- Proposta de Almeida Garrett relativa ao concurso para selecção da peça que iria inaugurar o Teatro Nacional D. Maria II (9 de Maio de 1841). In *Memórias ao Conservatório*, 1843, p. 258.
- Parecer da Secção de Literatura do Conservatório sobre a proposta de Almeida Garrett acima referida (22 de Maio de 1841). In *Memórias ao Conservatório*, 1843, pp. 259-260.
- Edital publicado no *Diário do Governo* de 3 de Novembro de 1845, relativo ao concurso para «peças dramáticas originais» para inauguração do Teatro Nacional D. Maria II.
- Prefácio de apresentação da peça ao júri do concurso, em 13 de Janeiro de 1846 – «Aos Respeitáveis Juizes». In Jacinto Aguiar Loureiro – *Álvaro Gonçalves, o Magriço e os Doze de Inglaterra*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1846, pp. v-viii.
- Parecer da Comissão ao texto dramático de Aguiar Loureiro, em 6 de Março de 1846. In Jacinto Aguiar de Loureiro – *Álvaro Gonçalves, o Magriço e os Doze de Inglaterra*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1846, pp. x-xii.
- Proposta do Inspector Geral dos Teatros, com base no relatório da comissão, em 9 de Março de 1846. In Jacinto Aguiar Loureiro – *Álvaro Gonçalves, o Magriço e os Doze de Inglaterra*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1846, pp. ix-x.
- Despacho régio de 11 de Março de 1846. In Jacinto Aguiar Loureiro – *Álvaro Gonçalves, o Magriço e os Doze de Inglaterra*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1846, p. ix.
- Crítica publicada em *O Patriota* de 20 de Abril de 1846 (n.º 830).

- Pequeno comentário crítico (n.º 532) na *Revista Universal Lisbonense* de 20 de Abril de 1846.
- Explicação do «feito histórico» que serviu de motivo à peça, na *Revista Universal Lisbonense* de 30 de Abril de 1846 (Cazemiro António Ferreira).
- Crítica de A. Serpa em *A Ilustração* de 2 de Maio de 1846.
- Defesa do autor no *Diário do Governo* de 9 de Maio de 1846.
- Crítica de J. M. C. na *Revista Universal Lisbonense* de 14 de Maio de 1846.
- Resposta do autor. In *A Ilustração*:
 - 1.ª carta – 6 de Junho de 1846
 - 2.ª carta – 20 de Junho de 1846
 - 3.ª carta – 27 de Junho e Julho de 1846.

ANEXO 2

ALVARO GONÇALVES
O MAGRICO
E OS DOZE DE INGLATERRA

DRAMA HISTORICO ORIGINAL.

APPROVADO PELO

CONSERVATORIO REAL DE LISBOA

PARA A INAUGURAÇÃO DO THEATRO

DE

D. MARIA SEGUNDA

OFFERECIDO

Ao ILL.^{MO} E EX.^{MO} SR.

CONDE DE THOMAR

POR

JACINTO HELIODORO DE FARIA AGUIAR DE LOUREIRO

FIDALGO DA CAZA REAL, EX-VICE-PRESIDENTE DO ATHENEU LISBONENSE
DAS SCIENCIAS E DAS LETTRAS.



LISBOA

NA IMPRENSA NACIONAL.

—
1846.

ACTO PRIMEIRO.

A Scena passa-se no alcaçar do Castello de Trancoso, em uma Sala construida segundo a architectura gothica, com porta no fundo de oratorio, que se abrirá a seu tempo, entrada por um dos lados, e do outro janella que deite para o campo, decoraçãõ conforme a epocha de 1385.

SCENA I.

D. BEATRIZ DE MOURA *assentada, resando por umas contas, e BEATRIZ costurando em um manto verde. D. BEATRIZ vestida como viuva, BEATRIZ de branco e singelamente.*

MUI bem me parece, que vão sahindo os vossos labores, Beatriz! . .

D. BEATRIZ.

Então, Senhora Madriuha, não vos dizia eu, que ficariam muito para ver estes ramos brancos sobre o verde. . . olhai Senhora. . . olhai como bem parecem? . . (*mostrando o manto orlado de madre silva.*)

D. BEATRIZ.

Muito vos agrada essa côr. . . quereis vestir Santa Maria, como a bandeira que lavrastes para a hoste de Trancoso? . .

BEATRIZ.

E que outra côr poderá haver, que mais agradável seja para portuguezes? . . Não é ella a côr de Aviz? . . E quem será pelo nosso bom Rei D. João, sem que a prefira a todas as côres? . .

D. BEATRIZ.

É a côr de Aviz. . . tendes razão menina. . . bem justa e natural é a vossa sympathia! . . (*Com emphase mysteriosa*) mas essa flor, porque é mais do vosso agrado?

BEATRIZ, *confuza.*

Ora!.. Porque hade ser Senhora!.. Pois não é ella tão bonita?.. O seu cheiro é tão suave... e... até lá no fim tem um certo docinho, que assim me parece, que hade ser doce o fim das nossas esperanças...

D. BEATRIZ.

Então Beatriz... Madre silva, tambem para vós é um enigma?! Com razão vos chamam Sibylla... bem pareceis inspirada!.. Ah! não póde deixar de ser feliz um Rei tão preconizado pela innocencia. Em Evora a filha de Gomes Lourenço, menina de oito mezes, alçando o bracinho d'entre as fachas do berço, e soltando a debil voz, clamou « Real, Real por D. João de Portugal. » O mesmo fez uma multidão de meninos, no dia 3 de Março deste anno de 1385, quando ElRei entrou em Coimbra, precedendo-o calvagados em suas cannas, e das mesmas armados, com bandeiras e pendões, fazendo suas soiças, que foi cousa muito para ver e louvar ao Senhor... que assim parece exprimir-nos sua vontade; e vós, Beatriz, ainda tão joven, já fizestes aquella bandeira para a garrucha de Trancoso, e votastes a Santa Maria de Guimarães esse manto verde, que com tanto afan estais lavrando, que bem mostrais não duvidar do nosso triumpho.

BEATRIZ.

É verdade, Senhora Madrinha... é verdade... verde escolhi o estofo para a bandeira da nossa garrucha, e verdinho é este manto como as minhas esperanças... que hão de sahir bem certas... bem certinhas, como sahiram, quando do alto da torre da menagem, estando nós observando os destroços das hostes castelhanas por estes nossos campos, eu vos dizia deixai-os, Senhora Madrinha... deixai-os faltar, que bem cedo o pagarão... (*Costurando sempre.*)

D. BEATRIZ.

Bem o dissestes, menina... bem o dissestes...

BEATRIZ.

E melhor succedeu... Olhai, como elles foram ufanos

ACTO I.

19

até Vizeu devastando e talando tudo... e eu dizia ao vosso filho o Sr. Gonçalo Vasques — a elles Senhor... a elles, que um só não escapará... e elle?... Ria-se dos dizeres da pobre orfã; mas eu teimava, e tanto o disse... tanto o disse, que elle em fim, deixados seus rancores contra Martim Vasques da Cunha, ambos juntaram suas garruchas ás de João Fernandes Pacheco e lá foram...

D. BEATRIZ.

E bem que o fizeram, como valentes Cavalleiros... foi matança geral.

BEATRIZ.

E matança, que para sempre deixará seu nome ao sitio, aonde com as vidas, deixaram os immensos roubos e captivos que traziam: e... vistes vós Senhora... que bem o dizia eu?..

D. BEATRIZ.

Por isso, e desde então vos chamam Sibylla.

BEATRIZ.

Mas... não vos saberei dizer, quanta inveja tive ao Senhor Alvaro, vosso neto, quando pela primeira vez o vi armado, sobre o seu ginete sahir pela porta d'ElRei, com sua lança em ristre. (*Enthusiasmada.*)

D. BEATRIZ.

E mui bem que o fez... com os seus dezeseite annos.

BEATRIZ.

Ah!.. julgais vós... que, se eu fôra mancebo, estaria agora aqui?... Juro-vos por Santa Maria que não! A bandeira que entreguei ao Senhor Alvaro, seria por mim sustentada, e saberia vencer, ou morrer com ella, e por ella...

D. BEATRIZ.

Nem só com o ferro se alcançam victorias... orai Beatriz, orai... que assæz de quinhão tereis no triumpho. (*Mysteriosa.*)

BEATRIZ.

Eu, Senhora!.. Sem outro amparo mais, que o da vossa bondade!.. Pobre orfã, sem um pai, sem um irmão, sem

um conhecido parente, que por mim quebre uma lança... que mais posso esperar, que essa parte, que devo ter, como portugueza, inimiga desses ambiciosos castelhanos, que por força nos querem acurvar ao seu pesado jugo.

D. BEATRIZ.

E bem pesado!.. E bem injusto o que nos querem impôr, a pretexto do funesto casamento dessa D. Beatriz, que, ainda quando não o fizesse... sabe-o Deos... quaes seus direitos seriam!..

BEATRIZ.

Como assim... Senhora?!.. não vos comprehendo...

D. BEATRIZ.

Nada menina, nada... Queria dizer, que os reis, quando attendem mais á embriaguez de suas desvairadas paixões, do que aos interesses da nação, quasi sempre acabam por fazer a sua desgraça, e a dos seus povos.

BEATRIZ.

Eu, Senhora, nada mais sei, senão o que vos tenho ouvido, e a vossos filhos, mäs parece-me que assim o dizeis por ElRei D. Fernando.

D. BEATRIZ.

Sim, Beatriz, foi elle, que, por um casamento opposto ás leis do Ceo e da terra, attraheu sobre Portugal, quantos males está soffrendo... Já seu pai D. Pedro lhe deu fatal exemplo!.. Apraza a Deos... que D. João siga melhor caminho... (*Mysteriosamente.*)

BEATRIZ.

Pois que, Senhora?... Reciaes que por alguma Dama, como D. Leonor!.. ou D. Ignez!., (*Commovida.*)

D. BEATRIZ.

O lustre de um Throno facilmente pôde seduzir a mais honesta Dama; quanto ao nosso D. João, melhor o devemos hoje esperar por suas nobres acções: mas, elle parecia estar tão longe da Corôa, que teria desculpa, se em seu peito occultasse alguma dessas aflições, tão faccis, de apossar-se dos corações da juventude...

ACTO I.

21

BEATRIZ.

Desculpai-me, Senhora, mas o que deveria fazer nesse caso?..

D. BEATRIZ.

Sacrifica-la aos interesses do Estado, e á felicidade do seu povo.

BEATRIZ.

Eu sei... Senhora... se me permittis dizer-vos o que sinto... não me parece muito bem...

D. BEATRIZ.

Pois é a primeira vez que deixais de parecer Sibylla... Outro mais forte oraculo a inspira... (*A parte.*)

BEATRIZ.

Instrui-me, Senhora, dizei-me a razão...

D. BEATRIZ.

Porque assaz de males sobre nós tem pesado, para deverdes comprehender, que nunca se devem contrahir uniões entre espheras desiguaes, e muito menos, quando uma corda lhes destrue todo o equilibrio.

BEATRIZ.

Tenho-vos intendido, Senhora... e muito vos agradeço a lição, por que esse preceito é applicavel a todas as classes.

D. BEATRIZ.

Assim deve ser para a boa ordem da sociedade.

BEATRIZ.

Eu vos prometto que nunca o esquecerei.

SCENA II.

As MESMAS E SIMÃO ANTÃO o ANADEL, *armado.*

SIMÃO.

Guarde-vos Deos, Senhoras!

D. BEATRIZ.

Então, meu bom Anadel, que novas nos trazeis?..

SIMÃO.

Hide dispondo as alviças, que pouco tardará que as não ganhe.

D. BEATRIZ.

Santa Maria de Guimarães vos ouça.

SIMÃO.

Assim a Senhora Beatriz tenha concluído o seu voto, como Santa Maria já tem, a estas horas, ganho o seu manto

BEATRIZ.

Vede-lo aqui, Senhor Anadel . . . quasi prompto . . . (*Mostrando-o.*)

SIMÃO.

E que fica muito para vêr! Aguçosa tendes andado menina, e bem o fizestes, porque, cá pelos meus calculos, já agora as contas estão ajustadas . . .

BEATRIZ.

Tambem assim o creio.

D. BEATRIZ.

Quem sabe, Simão . . . quem sabe, se os nossos, em vista do grande poder dos castelhanos, julgariam por mais acertado acolher-se aos castellos, até que o ferro, a peste, e a fome os vá destruindo, como lhes aconteceu sobre o cêrco de Lisboa.

SIMÃO.

Nada . . . Senhora! . . . nada . . . mais cara lhes hade sahir desta vez a teima . . . Ha dois annos, ainda o nosso rebanho estava sem pastor; mas hoje, que temos um Rei de 29 annos, feitura nossa, e cá muito a nosso prazer . . . á fé de bom Anadel vos juro, que os seismaticos levarão, desta feita um tal *ru.xó.xó*, que não lhes ficará vontade de mais cá voltarem.

BEATRIZ.

Bem o dizeis, Senhor Anadel, tambem o digo. (*Costurando.*)

D. BEATRIZ.

Mas, segundo as noticias, que houvemos das suas hoste-

por nossos espías, passam muito além de trinta mil os combatentes . . .

SIMÃO.

Lá quanto ao numero, não vos dê cuidado, Senhora, porque estas entradas de castelhanos são como as dos estorninhos, que sempre vem muitos e voltam poucos: mas, ainda quando fossem o dobro, que avulta isso, cá para um bésteiro da garrucha de Afonso IV?.. Dirvos-hei como elle nos disse, quando do alto do monte Cervo descobrimos os immensos reaes do Binemery; « Pena é que Deos não os ajuntasse todos aqui para de uma vez acabar-se-lhes a casta.» Dito e feito: dentro em duas horas, Alarabe, que não morreu, ficou captivo; e o Salado, em vez de agua, levava ondas de sangue. . . Olhai pois, Senhora . . . e crêde, que, deste feito, tambem cá havemos ter o nosso Salado!..

D. BEATRIZ.

Bem mal nos querem agora pagar a liberdade, que então lhes fomos resgatar, tanto a custo de nossas vidas e fazendas.

SIMÃO.

Accrescentai, Senhora, e sem a mira no menor interesse: naquelle dia . . . (ah! que ainda sinto pular-me de gloria este coração) apenas acabada a refrega, reunida a nossa hoste, e atascados até aos joelhos. em ouro, prata, joeis e alfaias de infindo preço; aquelles olhos, que vibravão fogo, passando pela nossa frente, lançaram sobre nós uma vista, que nos disse « valor e generosidade!.. » Foi bastante . . . nem um só portuguez se abaixou a erguer o valor de uma palha!!!..

BEATRIZ.

Pois sim . . . Vêde lá como elles agora o fizeram entre christãos, quando, ha pouco, por aqui entraram até Vizeu.

SIMÃO.

É manha antiga julgarem o nosso Portugal como seu, pezou-lhes porque não podiam levar as pedras, e, ao que não podiam conduzir, deitaram fogo; mas coitados . . . bem caro lhes sahio o que de barato haviam tomado . . . Vinham

24 ALVARO GONÇALVES O MAGRICO.

carregados como ouriços, a colmêa vinha cheia a tresbordar, mas, em verdade, demos-lhes uma cresta de mestres . . .

D. BEATRIZ.

Ainda não sei, como dos seus onze capitães, pôde apenas escapar-se Pedro Suares de Quinhones, com alguns dos seus ginetes . . .

SIMÃO.

Nada ha mais facil de perceber . . . elles eram tantos . . . e nós tão poucos, que não podiamos ao mesmo tempo degolar a todos; mas, de todos os taes amigos de esporinha dourada, só Garcia Guthierres ficou vivo, porque Gil Vasques quiz que elle lá fosse contar ao soalleiro de Castella, como nós cá sabemos despir na Praça, quem assim tão sem cerimonia o alheio veste.

BEATRIZ.

E que foi muito bem feito, mas ainda assim não se desenganaram . . .

D. BEATRIZ.

Vós, Simão Antão, apesar dos vossos sessenta annos, tambem vos houvestes, que merecestes a meu filho Gonçalo Vasques a nomeação de Anadel de nossas Fraldilhas.

SIMÃO.

Cá de mim, Senhora, só vos saberei dizer, que este ferriho (*batendo na espada*), apesar de ser da boa tempera de Guimarães, ficou, nesse dia, embotado de retalhar cascos scismaticos.

D. BEATRIZ.

Devemos lamentar que tantas miserias e desgraças aconteçam, quasi entre irmãos, movidas pela ambição de um só homem.

SIMÃO.

Dizei antes, pela má governança de um Rei froxo como D. Fernando, e a emulação de uma mulher intrigante, como essa D. Leonor, que já agora lá está recebendo o premio de suas traições no convento de Torcedilhas; não lhe falta de que fazer penitencia. . . Lá dos peães, desses bésteiros do Conto,

ACTO I.

23

pobre gente da Fraldilha, ainda eu tenho algum dó, porque vem tocados pelos Senhores, como os borregos para o açougue, mas lá dos da garrucha!.. desses herões de espora de prata, ou de ouro... em os vendo adiante de mim, vejo o diabo, e deito-me a elles como gato a bofes.

D. BEATRIZ.

Porque lhes tendes melhor vontade?..

SIMÃO.

Boa pergunta é essa, Senhora... porque esses sabem o que fazem, a que vem, e para que vem, entram nos salões dos reis, e se bem os aconselhassem, nenhum metteria mão em seara alheia, e os povos viveriam em paz, que é o que mais precisam e desejam.

D. BEATRIZ.

Bem o dizeis, Simão, mas o mal já vem de longe.

SIMÃO.

E longamente durará, Senhora... até que os povos cansados e experientes abram um dia os olhos: e quereis vós saber porque eu mais confio no bom fim desta nossa contenda?... É porque sem estarmos cá ó tio, ó tio, com mais contemplações, elegemos e appellidamos um Rei forte, experto e decidido, como o requerem corações portuguezes; capaz de nos defender... esperai... esperai um pouco, e vereis o resultado da nossa escolha.

BEATRIZ.

Por certo não vos enganais, Senhor Anadel... o meu coração não me illude...

D. BEATRIZ.

Mas já nos vão tardando as noticias.

SIMÃO.

Estamos em 16 de Agosto, e o sol já vai quasi a prumo, não se esconde sem havermos grande folgança... Ide, Senhora Beatriz... ide accordando a vossa harpa, que não faltará boa occasião para tangeres e folgares.

BEATRIZ.

Não cuideis que me apanham desaperecebida.

D. BEATRIZ.

Comtudo, meu bom Anadel, apezar das vossas boas esperanças, que bem igualam meus desejos, convem toda a vigilancia, para, em todo o caso, evitar qualquer surpresa.

SIMÃO.

Não hajais medo, Senhora, que elles tão cedo tenham vontade de ver os campos de Trancozo: ainda que vosso filho, vosso neto, e mais Cavalleiros da nossa garrucha para lá foram, e cá me deixaram (com tanto pezar meu), só com as nossas gentes do Conto e Fraldilha somos mais que bastantes para defender Trancozo do todo o poder de Castella. Não faltam atalayas e vigias; todas as nossas quinze torres estão de noite e dia apinhadas de Villãos e Burguezes, estendendo a vista por esses campos e estradas, a qual primeiro, ou pelo trotar dos ginetes, de noite, ou pelo luzir das armas, de dia, ha de perceber o mensageiro das boas novas . . . escutai . . . *(Ouvem-se ao longe aclamações de alegria; levantam-se as duas e correm á janella.)*

AMBAS.

Meu Deos! . . .

SIMÃO.

Eilas . . . Senhoras! . . . Eilas que chegam . . . *(suindo apressado.)*

BEATRIZ.

Lá vem, Senhora . . . lá vem do lado de Celorico seis Cavalleiros . . . *(Crescem as vozes nos intervallos das fallas.)*

D. BEATRIZ.

Serão dos nossos? . . .

BEATRIZ.

Sem duvida . . . olhai . . . olhai como vem correndo com bandeirinhas brancas hasteadas nas lanças.

D. BEATRIZ.

Agora vejo . . . Oh! meu Deos sêde por nós! . . .

BEATRIZ.

É o Senhor Alvaro! . . . É o Senhor Alvaro! . . . e como

ACTO I.

27

traz a ponta da lança enramada!.. Lá entram a porta de ElRei... (*Ouve-se um grito geral de = Victoria! Viva D. João I. =*)

AMBAS, *repetem* :

Victoria!!!

(*D. Beatriz cai de joelhos, ergue as mãos, e limpa as lagrimas.*)

BEATRIZ.

Eilos... eilos que se apeam... e já sobem... (*Corre à porta da entrada.*)

SCENA III.

As MESMAS, ALVARO, e os cinco CAVALLEIROS: logo que ALVARO entra, D. BEATRIZ ergue-se, e lança-se-lhe nos braços; nos intervallos continuam fóra as acclamações.

ALVARO.

Victoria!.. Beatriz!.. minha avó!.. (*entrando.*)

BEATRIZ.

Vive ElRei?..

D. BEATRIZ.

Meu neto!.. Salvou-se a patria?... (*abraçando-o.*)

ALVARO.

Está salva.

BEATRIZ.

Vencemos enfim, Senhor?!..

ALVARO.

Sim, Beatriz, vencemos! triumphastes! predissestes a nossa gloria!.. fostes a nossa Sibylla!!!..

BEATRIZ.

Louvores a Santa Maria, que ouviu os rogos da pobre orfã.

ALVARO.

Pobre?... vós... oh! não o digais... nunca é pobre, quem é tão rica de energicas virtudes!..

D. BEATRIZ.

ElRei?.. Vosso pai?.. D. Nuno?.. Todos os nossos?..

ALVARO.

Todos vivem... a morte de nenhum dos nossos principais cavalleiros veio enlutar o nosso triumpho, e dos peões bem poucos.

D. BEATRIZ.

Louvido sejas, Senhor!.. (*erguendo as mãos.*)

BEATRIZ.

E dos traidores?

ALVARO.

Todos morreram...

SIMÃO.

Ora ainda bem... já agora lá acreditarão no Messsias?..
(*Diz isto, tendo chegado á porta da entrada, onde figura conter o povo. e diz o que segue*):

SCENA IV.

Os MESMOS e SIMÃO, á porta.

SIMÃO.

Senhores!.. Eu já não posso conter o povo, todos querem subir... todos vos querem ver, todos vos querem ouvir, e partilhar da nossa commum alegria...

D. BEATRIZ.

Tecem razão... tecem razão... deixai entrar a todos.

ACTO I.

29

SCENA V.

Entram bésteiros e povo de ambos os sexos, armado de toda a qualidade de ferro cortante e perfurante, vestidos o mais conforme a epocha; vão-se collocando de ambos os lados, de sorte que o centro fique livre até ao fundo, onde está a porta do oratorio; todos dando vivas, agitando os chapéos, brandindo as armas, etc., etc.

ALVARO.

Sim, honrados Villãos e Burguezes, vencemos, triumphamos, e para sempre abateamos a orgulhosa ambição de Castella; a patria, o Rei, nossas vidas e fazendas estão salvos!.. Depois de um momento de perigo, a bandeira da Madre Silva, a insignia de Trancozo, e a sombra della o proprio D. João I, entre a ala dos namorados, levámos a rota ao centro dos esquadrões inimigos, e dentro em meia hora, os que não eram mortos, eram nossos captivos; excepto elrei de Castella, que, a toda a brida do seu gincte, lá foi seguido a caminho de Santarem. . .

SIMÃO.

Forte pena!!!

ALVARO.

Suas tendas, suas bandeiras, seu oratorio, seus trons, e todo o seu despojo cahiu em nosso poder!.. Desta guiza, Senhores, no dia 14 de Agosto soubemos resgatar a independencia e liberdade da nossa patria!..

TODO O POVO.

Viva Portugal!.. Viva D. João I!.. Viva a liberdade!..
(*com repetido enthusiasmo.*)

D. BEATRIZ, *avançando ao centro.*

Portuguezes e christãos!.. tendes acclamado o nosso Rei!.. É bem que louvemos a Rainha do Ceo!..

(*Abre o oratorio, que apparece illuminado, e a imagem da Virgem: todo o povo como por um só impulso ajoelha,*

30 ALVARO GONÇALVES O MAGRICO.

só Beatriz, que tem avançado com D. Beatriz e Alvaro, fica em pé junto do altar, tomando a harpa (que allí deve estar), então um arpejo, e logo ergue a voz...

BEATRIZ.

Ave, Maria!..

POVO E CÔRO.

Cheia de graça!..

(Ao som do côro e da harpa, que a muzica imita, desce o panno.)

N. B. *A muzica o mais sentimental possível.*

FIM DO 1.º ACTO